**DESENVOLVENDO EDUCANDOS NA SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

**Karin Cristina da Silva Prestes ¹**

**RESUMO**

Esse trabalho intitulado “Desenvolvendo Educandos na Sala de Recursos Multifuncional”, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, além do relato da experiência da autora em uma sala de recursos multifuncional. Buscamos através do estudo repassar a finalidade e a eficácia das Salas de Recursos Multifuncionais, bem como discorrer sobre as bases teóricas das mesmas. O trabalho visa também citar os objetivos da Política Nacional de Educação Especial e os recursos colocados à disposição do aluno portador de deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Intelectual. Sala de Recursos Multifuncionais.

**DEVELOPING EDUCATION IN THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCES ROOM**

**Abstract**

This work entitled "Developing Educators in the Multifunctional Resource Room” is a bibliographical research, as well as an account of the author's experience in a multifunctional resource room. We seek through the study to report on the purpose and effectiveness of the Multifunctional Resource Rooms, as well as to discuss the theoretical bases of these. The work also aims to report the objectives of the National Policy on Special Education and the resources made available to students with intellectual disabilities.

Keywords: Specialized Educational Assistance. Intellectual Disability. Multifunctional Resource Room

Introdução

O presente artigo irá abordar o tema ““Desenvolvendo Educandos na Sala de Recursos Multifuncional”, tendo como delimitação a finalidade e a eficácia das salas de Recursos Multifuncionais para Portadores de Deficiência Intelectual.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

¹ Graduada em Psicologia. Pós-Graduada em Docência em Educação Infantil e Séries Iniciais pela UCAM – Universidade Candido Mendes. E-mail: karinprestes@gmail.com.

O artigo tem como objetivo geral apresentar através de estudo bibliográfico os objetivos os benefícios do atendimento educacional especializado e da sala de recursos multifuncionais.

Apresenta como objetivos específicos discorrer sobre o conceito, finalidade e bases teóricas do Atendimento Educacional Especializado; discorrer sobre o conceito, finalidade e bases teóricas das Salas de Recursos Multifuncionais; relatar objetivos da política nacional de educação especial, e o conjunto de meios e recursos que nela são colocados à disposição do aluno com deficiência mental.

O trabalho tem como justificativa a premissa de que é possível desenvolver no AEE um trabalho eficaz através da Sala de Recursos Multifuncionais contribuindo para a vivência coletiva do aluno com deficiência intelectual, valorizando-se a diversidade e desenvolvendo esse educando e também o professor que disponibiliza o conhecimento e apoia o aluno nas suas dificuldades.

Justificam ainda a realização deste artigo o fato de que o processo educativo de inclusão é composto por uma complexa rede de interações que unidos perpetuam de forma significativa para o êxito na relação ensino/aprendizagem.

Para a realização deste trabalho a metodologia a ser utilizada é a abordagem bibliográfica além do relato da experiência da autora em uma Sala de Recursos Multifuncional, fundamentada em pesquisas em livros, artigos científicos.

Desenvolvimento

Atualmente a classificação da deficiência encontra-se dividida entre o uso dos termos deficiência mental (D.M.) e deficiência intelectual (D. I.). O documento nomeado Declaração de Salamanca e a Entidade American Association on Intelectual and Developmental Disabilities (AAIDD) orientam o uso do termo “pessoa com deficiência”, para qualquer deficiência, e no caso de deficiência cognitiva o uso do termo “pessoa com deficiência intelectual”.

Para efeito de diagnóstico e caracterização de pessoas com deficiência mental, a Política Nacional de Educação Especial, do Ministério de Educação, publicada em 1994, adota a seguinte definição:

“Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período do desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, trabalho” (CARVALHO, 1997).

O Ministério de Educação e Cultura (MEC), define a pessoa com deficiência da seguinte forma:

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. (BRASIL,2008, p. 9).

Na deficiência mental/intelectual observamos uma expressiva limitação da capacidade de aprendizagem do indivíduo e de suas habilidades relativas a vida diária. É importante ressaltar que o nível de desenvolvimento a ser alcançado pelo portador de deficiência mental, não depende apenas do grau de comprometimento, mas de sua história de vida, do apoio da família e das oportunidades e experiências vivenciadas em sociedade.

Segundo Honora (2008, p. 103) “A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro”.

O processo diagnóstico de deficiência mental/intelectual tem sido realizado com base nos manuais internacionais de classificação das doenças como a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento- CID 10, publicado pela Organização Mundial da Saúde; o Manual Diagnóstico Estatístico de Transtorno Mental, DSM - IV, publicado pela Associação Psiquiátrica Americana. Temos também, no campo da deficiência mental o sistema de classificação proposto pela Associação Americana de Deficiência Intelectual.

No Brasil o CID- 10 e o DSM-IV são muito utilizados e conhecidos no que se refere ao quesito diagnóstico. Nesses manuais encontramos uma previsibilidade sobre a possibilidade de existência dos sujeitos. No que tange as habilidades acadêmicas, por exemplo, um sujeito com diagnóstico de retardo mental leve, segundo o DSM-IV “ao final da adolescência podem atingir habilidades acadêmicas equivalentes a sexta série” (2002, p. 7). Tal previsibilidade varia conforme o grau de deficiência, ou seja, se o sujeito apresenta um quadro de retardo mental moderado “suas habilidades acadêmicas provavelmente não progredirão além do nível da segunda série”. (DSM IV, 2002, p. 75). Os sujeitos pertencentes a um quadro de retardo mental grave “beneficiam-se apenas em um grau limitado de matérias, tais como familiaridade com o alfabeto e contagem simples” (DSM IV, 2002, p. 75). Para o grupo sob a classificação de retardo mental profundo e retardo mental gravidade inespecífica, as previsibilidades não são mencionadas.

Os profissionais que realizam o diagnóstico de deficiência mental/intelectual são os médicos (o diagnóstico deve obrigatoriamente ser realizado através de uma avaliação neurológica detalhada), e psicólogos clínicos, em clínicas, hospitais, centros de reabilitação e outros espaços terapêuticos. A avaliação pode ter a contribuição de profissionais da área Pediátrica, Psiquiátrica, Genética, Psicopedagógica, Fonoaudiológica, Pedagógica, Fisioterápica.

A partir do contexto abordado torna-se imprescindível falar sobre a o surgimento do Atendimento Educacional Especializado e sua respectiva trajetória.

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais, de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de alunos encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é um serviço da Educação Especial que tem como objetivo eliminar barreiras que dificultem a participação dos alunos no ensino regular, considerando as suas necessidades específicas. O atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência mental/intelectual deve oferecer situações que favoreçam seu desenvolvimento, promovendo situações de estimulação dos mecanismos do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem, e produzindo materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas de cada educando.

O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também em Centro de Atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, ou conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2008, p. 2)

O papel do AEE é de oferecer procedimentos educacionais específicos de acordo com cada tipo de deficiência, ou seja, as ações são definidas de acordo com cada aluno, numa perspectiva complementar e/ou suplementar, levando em conta suas necessidades educacionais, não se configurando em reforço escolar.

A atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) orienta aos municípios brasileiros o desenvolvimento de um modelo original de atendimento educacional especializado que se realiza no contra turno do horário escolar.

O atendimento educacional especializado foi criado para dar um suporte para os alunos deficientes a fim de facilitar o acesso ao currículo:

De acordo com o decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

A inclusão da pessoa com deficiência busca valorizar as diferenças individuais respeitando as necessidades de todos os alunos. Nesta perspectiva de inclusão, defendida e implementada pelo MEC, em consonância com a LDB (Lei nº 9394/96), tem-se que as crianças com deficiência devem ter sua escolaridade atendida fundamentalmente pela escola regular de modo a prover a inclusão, oferecendo serviços de apoio especializado.

Conforme afirma Mantoan (apud CARVALHO, 2006, p. 14):

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e /ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites de e se o ensino for; de fato, de boa qualidade o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada uma.

Acreditamos que seja necessário também citar os tipos de atendimento educacional especializado.

Os principais tipos de atendimento educacional especializado são (BRASIL, 2006, p. 26):

* Apoio Pedagógico Especializado

É o atendimento realizado preferencialmente na rede regular de ensino, ou, extraordinariamente, em centros especializados para viabilizar o acesso e permanência, com qualidade, dos alunos com deficiência na escola.

* Atendimento Pedagógico Domiciliar

É uma alternativa de atendimento educacional especializado, ministrado a alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, em razão de tratamento de saúde, que implique permanência prolongada em domicílio e impossibilite-os de frequentar a escola.

* Classe Hospitalar

É uma alternativa de atendimento educacional especializado, ministrado a alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, em razão de tratamento de saúde, que implique permanência prolongada em domicílio e impossibilite-os de frequentar a escola.

* Estimulação Precoce

É o atendimento educacional especializado a crianças com deficiência do nascimento até os três anos de idade, caracterizado pelo emprego de estratégias de estimulação para o desenvolvimento físico, sensório – perceptivo, motor, sócio- afetivo, cognitivo e da linguagem.

Sobre o Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência mental/intelectual é importante entender conforme Nascimento (2005) que a criança com deficiência passa a ser vista como um ser humano que se desenvolve com características únicas e individuais, de acordo com o meio, com o estímulo recebido e com seu organismo. Salvo se a pessoa com deficiência, em especial com deficiência mental se desenvolve de uma maneira diferente, não mais se considerando uma variante numérica do desenvolvimento normal, mas a significância de uma concepção de desenvolvimento individual diferenciado.

Segundo a teoria de Vygotsky, as pessoas que apresentam necessidades especiais possuem particularidades na forma de aprender e se desenvolver, nos recursos necessários para a aprendizagem, entre outros fatores.

Na teoria Vygotskyana, a criança que tem qualquer tipo de deficiência ou alteração não é menos desenvolvida que uma criança dita normal, o que acontece é que esta criança se desenvolve de forma diferenciada, qualitativamente diferente. (NASCIMENTO, 2005).

Vygotsky (1997) questiona prioritariamente as condições e os conhecimentos dos professores em relação a esses alunos, para que façam uso de instrumentos psicológicos e culturais para favorecer a educação e possibilitar aos alunos com deficiência mental a “compensação de seus defeitos” como aborda em sua teoria.

Vygotsky (1997, p. 251) acredita que “o ato intelectual por si mesmo, na criança débil mental, manifesta em todas as propriedades fundamentais a mesma natureza que na criança normal...Tampouco pode se afirmar que seus processos intelectuais são menos intensos”.

O trabalho do professor de atendimento educacional especializado com o educando portador de deficiência mental se caracteriza de forma essencial por ações específicas que desenvolverão a aprendizagem desse aluno. É primordial que o professor de AEE conheça seu aluno, suas particularidades, muito além das deficiências que o caracterizam.

Desvendar o mundo dos significados da diversidade ou da diferença e ver o que se quis fazer com elas é um caminho para descobrir práticas, afinar objetivos, tomar consciência e poder administrar os processos de mudança de maneira um pouco mais reflexiva [...]. (SACRISTÁN, 2002, P. 13).

Conforme Gomes (2010) o trabalho do professor do Atendimento Educacional Especializado consiste em algumas funções principais: a de gestão dos processos de aprendizagem, de avaliação dos processos de aprendizagem juntamente com o professor do ensino regular bem como acompanhamento na sala de aula. O acompanhamento consiste no desenvolvimento de ações que visam o progresso no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno, bem como a sua melhor interação no espaço escolar.

Segundo Gomes (2010, p. 9) no Atendimento Educacional Especializado o professor será responsável pelos seguintes processos:

* Gestão dos Processos de Aprendizagem

Para potencializar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, o professor poderá usar recursos de baixa e alta tecnologia, selecionar e produzir materiais.

* Avaliação dos Processos de Aprendizagem e da Inclusão do Aluno na Escola

O aluno com deficiência intelectual, como sujeito social, se beneficia das inúmeras mediações que caracterizam as relações sociais e interpessoais estabelecidas no espaço escolar, as quais são marcadas também pelos conflitos e contradições da vida em sociedade.

No atendimento educacional especializado, a avaliação se efetiva através de estudo de caso, que visa a construir um perfil do aluno que possibilite elaborar o plano de intervenção do AEE.

Conforme Gomes (2010, p. 14) “O professor de AEE poderá obter junto à família informações a respeito do aluno, sobre o seu desempenho nas atividades domiciliares, bem como sua relação com o ensino e com os conteúdos escolares”.

Os atendimentos de AEE poderão ser desenvolvidos nas Salas de Recurso**s .** As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do Atendimento Educacional Especializado e de recursos de acessibilidade organizados e destinados à implantação e organização de espaços de AEE, possibilitando sua oferta no contra turno ao ensino regular nas escolas públicas de educação básica.

Moretti e Corrêa (2009, p. 487) reconheceram a importância desse serviço “pois visa oferecer o apoio educacional complementar necessário para que o aluno se desempenhe e permaneça na classe comum, com sucesso escolar”.

Conforme Alves (2006, p. 14):

A sala de recursos multifuncionais é, [...], um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular. A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao atendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para o desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares.

A Sala de Recursos Multifuncionais, segundo o Decreto nº 6571/2008, é organizada como sala Tipo I e Tipo II. As salas do Tipo I são planejadas para atender às pessoas com as mais diversas deficiências, à exceção da pessoa com deficiência visual, que é comtemplada na Sala Tipo II.

O principal serviço de apoio ao aluno portador de necessidades especiais são as salas de recursos multifuncionais. Para que o trabalho realizado com o aluno que frequenta a sala de recursos se configure da melhor maneira possível é imprescindível a parceria do professor de AEE com o professor do ensino regular. As ações para o trabalho devem estar pautadas no plano de atendimento individualizado, construído no início do ano letivo. O professor de AEE deve ampliar suas percepções, compreender o desenvolvimento do aluno e formalizar uma reflexão sobre suas ações de prática pedagógica, desenvolvendo uma postura disciplinada e organizada que envolva o registro diário de suas observações.

Gomes (2010, p. 16) comenta que:

“O acompanhamento na sala de recursos multifuncionais visa, [...]a organização da expressão verbal, também é importante que o professor organize situações que permitam ao aluno estabelecer as diferenças entre as características da língua oral e escrita”.

Comenta Gomes (2010, p. 16-17) sobre o planejamento do trabalho do Professor de AEE:

O professor pode planejar diferentes situações que possibilitem a livre expressão do aluno na dramatização, na pintura, no desenho, na modelagem, na dança, na música, na escrita, no jogo pedagógico e em outras. Quaisquer que sejam as possiblidades de expressão utilizadas pelo aluno, o professor deve aceitar a pauta produzida, valorizando-a.

Conforme Batista e Mantoan, (2006, p. 21), o aluno com deficiência mental, como qualquer outro aluno, necessita desenvolver a criatividade, a capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo.

Conforme Gomes (2010, p. 17) o professor que trabalha na sala de recursos multifuncionais deve trabalhar da seguinte forma com o aluno:

O professor de AEE seleciona situações problemas, nas quais o aluno possa agir inteligentemente de acordo com a sua lógica considerando os fins a que se propõe e os meios que utilizou para atingi-la. Esse tipo de procedimento implica a utilização de estratégia cognitiva que permite melhorar seu funcionamento cognitivo coordenando meios e fins para realizar a atividade. Geralmente a pessoa que apresenta deficiência intelectual não utiliza de maneira espontânea as estratégias cognitivas que permitam antecipar suas ações. O professor tentará, então, fazer com que o aluno reconstitua essas ações no plano do pensamento e organizá-las em função do fim que ele pretende alcançar. Por exemplo, se ele quer construir uma maquete, deverá reunir os elementos necessários para essa construção. Qualquer situação concreta real e de interesse do aluno pode ajudar na capacidade de antecipação.

Segundo Paour (1998) os sujeitos com deficiência mental manifestam grande dificuldade na mobilização de conhecimentos prévios na resolução de situações problema. Entretanto, esta dificuldade pode ser sensivelmente minimizada por meio de procedimentos de mediação orientados em função da demanda da atividade e das potencialidades do sujeito.

Dentro da proposta de acompanhamento para atender as necessidades específicas do aluno com deficiência mental, sugere-se, valorizar a comunicação no sentido da significação da linguagem e da expressão oral. Assim, pode ser possível trabalhar a autonomia intelectual do aluno, no contexto escolar e fora dele.

As estratégias de estimulação devem visar o estímulo global do aluno. Podem ser trabalhadas questões de higiene e cuidados pessoais, atividades de estimulação e percepção auditiva, visual, tátil, olfativa e gustativa. Também atividades de orientação espacial, espaço- temporal, opostos, semelhantes, coordenação motora fina e ampla, conceitos, sequência lógica, brincadeiras, psicomotricidade, exercícios de estimulação dos órgãos fonoarticulatórios (responsáveis pela fala), memória visual e auditiva e estratégias referentes à leitura, a escrita e à fala.

A autora do artigo relata a seguir a prática desempenhada em Sala de Recurso Multifuncional.

No primeiro semestre de março do ano de 2016 a autora deste trabalho foi nomeada em concurso público no Município de Gravataí /RS. O cargo a ser assumido era de Professora de Educação Especial em duas escolas Municipais de Gravataí: EMEF Amélia Schemes e EMEF Jardim Florido. A autora inicia suas atividades em 14 de março de 2016.

As escolas citadas acima contam com Salas de Recurso Multifuncional objetivando promover o atendimento pedagógico a crianças, adolescentes e jovens adultos com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento, associados ou não à deficiência mental. Prioriza-se o atendimento educacional especializado individualizado ou por grupos de trabalho de acordo com as necessidades e peculiaridades dos educandos.

Na modalidade de atendimento em Salas de Recursos, cada educando colabora com o processo de construção de conhecimento dentro de suas possibilidades, valorizando seu papel social, reconhecendo-se como pessoa que traz contribuição independente de sua limitação e ainda se percebendo como sujeito que contribui para o desenvolvimento de saberes e do fazer coletivo, rompendo a lógica de um fazer compartimentado, fragmentado. Buscamos que o educando saia de sua posição passiva e automatizada para o acesso e apropriação ativa do saber.

A autora atualmente é responsável pelo atendimento da Sala de Recursos Multifuncional da EMEF Jardim Florido no município de Gravataí no turno da manhã e busca como objetivo principal oportunizar ao sujeito diversas vivências para que desenvolva interesse pelas diferentes manifestações culturais, possibilitando desta forma uma análise crítica de sua realidade frente a realidade social, expressando suas ideias, imaginação, criatividade, prazer, através de um posicionamento individual e/ou de grupo.

Outra proposta da Autora é o desenvolvimento das Atividades de Vida Diária que conforme Finger (1986), são atividades realizadas no dia-a-dia de cada educando, como por exemplo: amarrar sapatos, vestir-se, escovar os dentes, etc. Essas atividades requerem o desenvolvimento de certas habilidades, pois para que se aprenda realiza-las é necessário que se desenvolva habilidades específicas para cada atividade como o desenvolvimento da coordenação motora, por exemplo. A autora está trabalhando atividades que envolvem higiene pessoal, questões relacionadas à sexualidade, relacionamentos interpessoais, tendo em vista que alguns educandos possuem a dificuldade de interação social.

**Conclusão**

Através do trabalho realizado percebemos que a sociedade vem procurando cumprir seu papel no processo inclusivo. A implantação das Salas de Recursos, seja na escola regular ou nos Centros de Atendimento Educacionais Especializados vem proporcionando um espaço de ensino-aprendizagem, além da compreensão da diversidade e dos valores éticos.

As Salas de Recurso Multifuncionais estão constituídas para realizar a inovação educacional que buscam superar o modelo fragmentado de ensino, oferecendo aos educandos um espaço democrático, criativo e inclusivo em busca da transdisciplaniridade.

Percebemos que o processo inclusivo abrange uma dimensão maior que espaços educacionais para isso é importante contar com a pareceria do governo, sociedade, família e quem mais possam contribuir para o bom funcionamento desta proposta.

A inclusão social necessita de Políticas Públicas que trabalhem na construção de Equipes de Trabalho que colaborem para o desenvolvimento destes educandos, não somente nas instituições que se propõe, mas na vida, a fim de que se tornem sujeitos autônomos, construindo sua história. A partir dessas ações, construiremos de fato uma nova política de educação especial repensando e redefinindo as práticas educacionais.

Referências

ALVES, D. O. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Antares: Nobel, 1986.

BRASIL. Decreto nº 6571 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC, 2008.

CARVALHO, N. S. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Deficiência mental. Brasília: MEC/FENAME, 1997.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Decreto n 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC, 2008.

DSM-IV-TR. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FINGER, J.A. Terapia ocupacional. São Paulo: Sarvier, 1986.

GOMES, A. V. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: MEC, 2010.

HONORA M. e FRIZANCO M. L. Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

MANTOAN, M.T.E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

MORETTI, I.G. e CORRÊA, N.M. A sala de recursos como atendimento educacional especializado para a inclusão de alunos com deficiência mental em classes comuns. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

NASCIMENTO, L.M. A amizade na escola inclusiva. Blumenau: FURB. Dissertação de Mestrado em Educação, 2005.

VYGOTSKY, L.S. Fundamentos de defectologia. Obras escogidas V. Madri: Visor,1997.

PAOUR, J. L. Retard mental et aides cognitives. Grenoble: Les presses de I’Université de Grenoble,1988.

SACRISTÁN, J. G. A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. Porto Alegre: Artmed, 2002.